

## 6. Considerações Finais

A historiografia já consagrou o legado político da passagem de D. João pelo Rio de Janeiro. O período de seu reinado é reconhecido como o momento inicial do processo de separação política entre colônia e metrópole.<sup>1</sup> É necessário, porém, chamar a atenção para o seu legado cultural. Para o caráter de “atualização” que a permanência da Corte no Rio de Janeiro teve para a cultura da colônia. Não que a cultura na colônia fosse “atrasada” no seu período pré-D. João. Não podemos cair na tentação de repetir o pensamento etnocêntrico dos europeus de então. “Atualização” cultural é aqui entendida como aquela *re-europeização* dos hábitos e costumes da população colonial, de que fala Gilberto Freyre. Responsável, segundo aquele autor, por abalar a força do patriarcado rural, traço mais característico da sociedade colonial, pelo desenvolvimento de uma cultura urbana fortemente influenciada pela cultura européia, *desorientalizando* os costumes dos colonos, e que vai perpassar todo o século XIX:

“As senhoras mais chiques penteando-se não mais à portuguesa, ou quase à oriental, mas à francesa, vestindo-se também à francesa, indo ao teatro ouvir óperas cantadas por italianas a quem os estudantes ofereciam *bouquets*, faziam discursos, dedicavam sonetos”.<sup>2</sup>

*Re-europeização* que, na realidade era uma *europeização* uma vez que a cultura na colônia não havia sido nunca antes *européia* em sua totalidade. Era, antes, uma formação cultural original, de forte influência oriental, indígena e africana, como procurei mostrar. Essa tentativa de fundação de uma “Europa possível” nos trópicos, recuperando mais uma vez a expressão de Afonso Carlos Marques dos Santos, tinha limites e contradições. Expressos na sobrevivência daquelas outras influências. Apesar das quais, se disseminará uma cultura urbana de matriz européia, ao longo do século XIX, a partir da Corte do Rio de Janeiro, pelos principais núcleos urbanos da ex-colônia. Paradoxalmente, no momento

---

<sup>1</sup> A esse respeito basta uma citação: “O fato em si da separação do reino em 1822 não teria tanta importância na evolução da colônia para império. Já era fato consumado desde 1808 com a vinda da Corte e a abertura dos portos e por motivos alheios à vontade da colônia ou da metrópole”. DIAS, M. O. da S., “A Interiorização da Metrópole (1808-1853)”, in: MOTA, C. G., *1822: Dimensões*, p.165.

<sup>2</sup> FREYRE, G. *Sobrados e Mucambos*, p. 126.

mesmo em que a colônia começa a romper os seus laços políticos com a Europa, têm reforçados os seus laços culturais com o Velho Mundo, naquilo que poderíamos denominar de um processo de “*recolonização cultural da colônia*”.

Sem ir tão longe quanto Freyre, e pregar a derrocada do patriarcado rural frente à sociedade urbana,<sup>3</sup> o que pretendi nesse trabalho foi chamar a atenção para o papel fundamental que a instalação da corte de D. João no Rio de Janeiro teve para a detonação daquele processo de *recolonização* ou *europização* da cultura na colônia, processado a partir da nova capital do Império Português. Expresso nas modificações implementadas no tecido urbano da cidade e nas novas formas e espaços de sociabilidade dos seus habitantes que tentavam banir do espaço urbano do Rio de Janeiro muito daquilo que se poderia considerar *tipicamente colonial*. É dessa forma que vemos no *período joanino* a inauguração de instituições que impulsionam a difusão de uma cultura europeia na colônia: um novo teatro de corte, que dissemina o gosto pela Ópera (como manifestação artística e espaço de sociabilidade); a Escola Real de Belas Artes, cujas bases são lançadas a partir da vinda da Missão Artística Francesa e que, inaugurada em 1826, vai difundir o gosto pela arte e arquitetura neoclássica que vai caracterizar a cultura no Império do Brasil, durante o oitocentos. Além de outras instituições culturais, tais como o Jardim Botânico ou o Museu de História Natural, que também passarão a fazer parte do cotidiano do Rio de Janeiro a partir de D. João.

O início do processo de europeização cultural que é uma grande herança de D. João deixada na antiga colônia. Processo que, porém, vai se expressar no espaço urbano do Rio de Janeiro principalmente a partir da segunda metade do século XIX, com a grande disseminação de palacetes de feições neoclássicas e afrancesadas. Legado arquitetural que, portanto, não se expressa significativamente durante o período de permanência de D. João no Rio de Janeiro e que, ainda por cima, a vitória do Modernismo, na década de 30 do século passado, juntamente com o Estado Novo (1937-1945), se encarregou de desqualificar. O movimento modernista, na sua busca pelas raízes culturais autenticamente nacionais, exerceu uma dura crítica à europeização cultural do

---

<sup>3</sup> Até porque sabemos hoje, por um lado, que até a época em que escrevia Gilberto Freyre, a população brasileira vivia em sua maioria na zona rural; e por outro, que o patriarcalismo sobreviveu à transferência do homem do campo para as cidades. A esse respeito, basta a leitura do clássico de Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, contemporâneo à obra de Gilberto Freyre.

século XIX, ao mesmo tempo em que re-valorizava a arquitetura colonial e o influência cultural do português, do indígena e do negro. A eleição, pelo Modernismo, do período colonial como as verdadeiras origens da nação brasileira, e o concomitante desprezo pela arte a arquitetura europeizadas do oitocentos e do início do século XX vai se refletir no estabelecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937. Quando, liderado por notórios modernistas, como Rodrigo Mello Franco de Andrade, Mário de Andrade e Lucio Costa, serão tombadas cidades inteiras em Minas Gerais, (Ouro Preto é o melhor exemplo), ao mesmo tempo em que era “esquecida” a arquitetura neoclássica. Não é outro o motivo pelo qual, ao olhar hoje para o centro do Rio de Janeiro, a partir de Santa Tereza por exemplo, identificamos facilmente exemplares de arquitetura modernista, mas nossa visão demora a se deparar com algum sobrado neoclássico, a maioria deles em ruínas.<sup>4</sup>

O Rio de Janeiro, capital do Brasil Republicano, a partir de 1930, tinha que ser *modernista* como outrora, como capital do Império, teve que ser europeu. Essa desqualificação pelos modernistas daquela herança do período joanino, a europeização da cultura, a meu ver, expressa paradoxalmente o maior legado de D. João, ou da instalação da Corte, para a cidade: tê-la feito assumir a condição de *síntese da nação e da nacionalidade*. A partir de 1808, o espaço urbano do Rio de Janeiro terá sempre que expressar o *projeto de nação* em voga. E ao longo da sua história, terá que se adaptar todas as vezes que esse projeto mudar.

A princípio síntese do novo império, ainda português e europeu, que se pretendia criar na América. Papel que, ao fim e ao cabo, cabia sempre às cortes no Antigo Regime, como procurei mostrar. Realização de fato da imagem já expressa pelo vice-rei Conde da Cunha (1763-1767) que, ainda no século XVIII afirmava que “esta cidade (...) pela sua situação e porto deve ser a cabeça do Brasil”.<sup>5</sup> Já então, o Rio de Janeiro era vítima de uma hipertrofia da sua função administrativa

<sup>4</sup> Márcia Chuva chamou a atenção para como o privilégio dado à preservação da arquitetura colonial serviu, ao mesmo tempo, para a legitimação da arquitetura modernista. Para os modernistas, a arquitetura barroca do período colonial representava uma atitude “moderna” face às linhas rígidas renascentistas. Dessa forma, com base em uma valorização do barroco colonial, o modernismo buscava também a sua valorização e legitimação. Ao mesmo tempo em que se determinava o tombamento da arquitetura colonial, ocorria o tombamento da arquitetura moderna concomitantemente à sua produção. Em 18 de março de 1948, foi tombado o Palácio Gustavo Capanema, cujo processo foi aberto em 1944, antes mesmo da sua inauguração oficial. Cf. CHUVA, M. R. R., “A Arquitetura da Memória Nacional”. In: *Os Arquitetos da Memória: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil (anos 30 e 40)*, p. 384 a 442.

<sup>5</sup> Apud. MATTOS, I. R. de, “Construtores e Herdeiros”. *Almanack Brasiliense*, p. 13.

de ordenação da *região de mineração-escravista* no fragmentado espaço colonial. Rodrigo Bentes Monteiro nos fornece uma idéia clara de toda a *região* organizada a partir do Rio de Janeiro, no século XVIII:

“Uma provisão de 1748 estabeleceu que os governantes da colônia do Sacramento, Rio Grande, Ilha de Santa Catarina e Santos seriam subordinados ao capitão-general do Rio de Janeiro. Portanto, de 1733 até sua morte em 1763, Gomes Freire acumulou os cargos de governador e capitão-general do Rio de Janeiro, com os de governador de Minas Gerais, de 1735 em diante, e de governador interino da capitania de São Paulo de 1737 a 1739, que foi subordinada a ele como comarca do distrito do Rio de Janeiro, de 1748 a 1763”.<sup>6</sup>

A condição de *cabeça da nação* do Rio de Janeiro extrapolou, porém, a sua condição de Corte. O que não escapou a Capistrano de Abreu que, escrevendo uma década após a proclamação da República, afirmaria a propósito da cidade que se tornara Capital Federal que:

“por ter sido uma vez cabeça, continua ainda e continuará muito tempo ainda, apesar a ameaça guaiana: se não foi aqui que primeiro se concebeu a idéia de uma nação, aqui pelo menos se realizou este sonho que bem de perto esteve de esvair-se como sonho”.<sup>7</sup>

Profético, Capistrano parecia prever que o Rio de Janeiro continuaria a exercer esse papel de *cabeça do Brasil, vitrine da nação, síntese da nacionalidade*, mesmo após perder o título de Capital Federal para Brasília, em 1960. A partir de então se tornou lugar comum dizer que o Rio de Janeiro, apesar de perder a sua condição de capital política, mantivera a de *capital cultural* do país. Condição constantemente reafirmada ainda hoje, mesmo em tempos de multiculturalismo, quando pensar em uma síntese para a nação se torna cada vez mais difícil (e até mesmo anacrônico), em ocasiões tais como, por exemplo, quando o anúncio de um grande *shopping center* da cidade afirma que “o Rio é a cara do Brasil”.

<sup>6</sup> MONTEIRO, R. N. B., *O Teatro da Colonização: A Cidade do Rio de Janeiro no Tempo do Conde de Bobadela (1733-1763)*, p. 42.

<sup>7</sup> Apud. MATTOS, op. cit., p. 10.